

# COLONIZAÇÃO DA VIDA E GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA EM TEMPOS DE FIM DO MUNDO

Thiago Mota<sup>1</sup>

## introdução

Sob esse título, reunimos um certo número de considerações sobre duas características básicas do nosso tempo - esse fim do mundo em que vivemos: a "mutação epistemológica do conceito de vida" e a "governamentalidade algorítmica". Em geral, podemos dizer que, nos últimos 25 anos, houve uma importante mutação epistemológica no conceito de vida, que viabilizou as atuais tecnologias de colonização da vida, dentre as quais se inclui a governamentalidade algorítmica. Adiante, explicamos o que entendemos por isso. Por ora, nos detemos no significado do conceito de "tecnologias de colonização da vida".

Falamos em "tecnologias" ou "dispositivos", no sentido de Michel Foucault (1979). De modo geral, tecnologias são agenciamentos de saberes, de técnicas e de práticas, que têm em vista o exercício do poder ou do governo. Porém, nos referimos, especificamente, a tecnologias de "colonização", enquanto formas de ocupação, de tomada de domínio e de exploração da vida. Neste ponto, nos distanciamos de Foucault, autor que não aborda o problema do poder em termos de colonização. O uso do conceito de colonização neste contexto é interessante, útil e perfeitamente possível. Esse tipo de tecnologia tem se tornado, a rigor, capaz de "colonizar" a vida como um todo e de modo cada vez mais penetrante, abrangente e complexo. Pode-se dizer, assim, que o fim do mundo em que vivemos é a era da "coloniabilidade" total: agora, tudo

---

<sup>1</sup> Doutor em Filosofia. Professor na Universidade Estadual do Ceará. [thiago.mota@uece.br](mailto:thiago.mota@uece.br)

pode ser colonizado. Daí a necessidade e a urgência de pesquisas em torno do problema da colonização nessa perspectiva.

Portanto, falamos em “colonização”, mas em um sentido que é mais amplo do que em geral se utiliza. Não nos referimos, em primeiro lugar, às colonizações ocorridas ao longo da história, seja no Mediterrâneo pelos romanos, na antiguidade, seja nas Américas pelos europeus, nos séculos XVI e XVII, seja na África pelos europeus, nos séculos XIX e XX, seja do Oriente Médio pelos europeus e pelos norte-americanos, no século XX etc.. Cada uma dessas colonizações (bem como outras) têm um arquivo específico, onde sem dúvida há muito a aprender. Por isso, não estamos negligenciando a importância da pesquisa histórica, em especial, quando ela se abre ao possível, em vez de sufocá-lo. Mas cremos que a memória precisa ter como aliada a imaginação conceitual. Só assim a história não deixa de ser ressentimento e se torna - como dizia Nietzsche (2017) - útil para a vida. Tendo em vista o uso livre da faculdade da imaginação na fabricação de conceitos, procuramos pensar a colonização de modo mais amplo e transversal, como uma forma de poder para a qual as fronteiras políticas e de outros tipos já caíram há muito tempo. Nos referimos, pois, a uma forma de colonização que tem como alvo a “vida enquanto tal”, sem se restringir a um povo nem a uma raça.

Sob esse aspecto, cabe dizer que talvez a abordagem que mais se aproxima da noção de colonização que se usa aqui seja aquela que Habermas (1981) propõe, nos termos de uma “colonização do mundo-da-vida” (*Kolonisierung der Lebenswelt*). Habermas explica que, nos estágios mais avançados do capitalismo, o mundo-da-vida acaba sendo colonizado pela racionalidade instrumental e tecnocientífica característica do sistema - grosso modo, a economia e o poder estatal. Ele quer dizer com isso que a racionalidade própria do mundo-da-vida, espontânea e tradicional, é anulada pela racionalidade instrumental, que passa a ocupar seu lugar. A palavra-chave do conceito de colonização do mundo da vida é, sem dúvida, o “mundo-da-vida”, a *Lebenswelt*, mas não vamos abordá-la aqui. Neste contexto, o que nos interessa é o alcance do conceito de colonização posto em uso por Habermas, a escala que ele define e utiliza. É nessa escala que tentamos trabalhar com o conceito de colonização neste ensaio.

## 1. A mutação epistemológica do conceito de vida

Para compreender como a vida é colonizada nos dias atuais, é preciso ter em mente que o conceito de vida passou, nos últimos 25 anos, por uma série de mutações epistemológicas. Por exemplo, durante a maior parte da história, a humanidade esteve preocupada com sua própria vida na Terra. O termo “vida” estava ligado à vida terrestre. O pressuposto era o de que só existe vida na Terra. Atualmente, porém, a vida vem sendo pensada a partir de uma outra perspectiva. Achille Mbembe (2019) sustenta que a vida vem sendo pensada, sobretudo, em termos de como ela termina, em função de seu fim. (O que seria mais razoável em tempos de fim do mundo?)

Por exemplo, quando consideramos o que significa a pandemia do coronavírus para a vida da espécie humana, é do ponto de vista do fim da vida que estamos pensando. De modo geral, trata-se da questão das condições do fim da vida, condições essas que não se referem apenas à vida humana, mas à vida toda, tanto terrestre quanto extraterrestre. Isso mesmo, vida extraterrestre. Já faz algum tempo que a vida humana passou a ser considerada como uma forma de vida dentre várias, que constituem o mundo em que habitam os seres humanos e que os circunda (Umwelt). Assim, tornou-se ainda mais difícil sustentar a tese de que o ser humano é o topo da evolução.

Nesse ponto, também nos distanciamos de Foucault. Ao conceber os conceitos de biopoder e biopolítica, o que Foucault (1976) tem em mente é a vida humana, das populações e dos indivíduos humanos. Embora o termo grego bios se refira à vida em um sentido mais amplo, vida animal, vida vegetal, Foucault o restringe à espécie humana. É ela que é alvo de cálculos e estratégias políticas (e este é o sentido de "política" no termo). Todavia, cada vez mais, cientistas, governos e corporações têm consciência de que a vida que vem sendo alvo de cálculos e estratégias não é apenas a vida humana. Em outras palavras, é a vida como um todo que se submete agora ao poder, ao governo, à colonização. Cabe dizer que é possível manter o uso das noções de "biopoder" e "biopolítica", porém em um sentido diferente do que se encontra em Foucault, tendo como referência a vida toda.

Mbembe (2019) explica que a mutação epistemológica no conceito de vida decorre, em grande parte, de descobertas recentes, feitas por várias ciências. Ele indica três exemplos desse tipo de descoberta. Em primeiro lugar, a descoberta de microorganismos sobrevivendo e se reproduzindo nas áreas mais quentes do deserto do Saara e nas proximidades de vulcões. Em segundo lugar, a descoberta de microorganismos que vivem na estratosfera, isto é, além da atmosfera terrestre, em zonas onde praticamente não há oxigênio. Em terceiro lugar, a descoberta de grande quantidade de microorganismos capazes de entrar em estado de hibernação profunda, parar respirar por longo tempo e, depois, voltar à vida.

Com efeito, tais descobertas têm sido feitas em diferentes ciências, como a cosmologia física, as ciências planetárias e a astrobiologia. Ressalte-se que essas duas últimas são campos científicos novos. Em todos esses campos, o conceito de vida passou a ocupar um lugar relevante. A vida, que foi objeto exclusivo da biologia por muito tempo, já não é mais. Como diz Mbembe (2019), tendo em mente o imperialismo epistêmico tradicional: "a vida deixou de ser o reino da biologia".

De acordo com Mbembe (2019), do ponto de vista epistemológico, nos últimos 25 anos, houve uma "redistribuição dos objetos" entre as ciências, que possibilitou uma série de deslocamentos de problemas, conceitos e métodos. Conceitos como "agência" e "intencionalidade" que, em geral, acredita-se estarem reservados somente às ciências humanas, foram trasladados para outros campos científicos, como a neurologia, a biologia evolutiva e a psicologia cognitiva. No tabuleiro geral dos saberes, a posição relativa de cada ciência oscilou em relação às outras

ciências, alterando assim o mapa das relações de poder cognitivas. Entre outras coisas, o resultado dessa redistribuição de objetos e desses deslocamentos conceituais foi uma profunda modificação do próprio conceito de vida.

Vale dizer que a contribuição das ciências do espaço sideral tem sido particularmente relevante no que concerne à mutação epistemológica do conceito de vida. Ao descobrirem a “existência de vida extraterrestre”, a cosmologia física, as ciências planetárias e a astrobiologia levaram a um interessante “descentramento da vida terrestre”. Com isso, as questões relativas à vida humana e aos limites da vida passam a ser problematizadas levando em consideração a existência de vida extraterrestre. A vida não é apenas a vida terrestre; existe vida extraterrestre! Parece que estamos diante de um cenário de ficção científica, mas não é o caso. Com essa descoberta, os seres humanos foram empurrados para um ponto ainda mais distante do “centro”, para algum lugar na periferia do universo. Trata-se, portanto, de uma nova “ferida narcísica” para a humanidade, que vem se juntar, em nossa época, nosso fim do mundo, àquelas causadas anteriormente por Copérnico, Darwin e Freud.

Segundo Mbembe (2019), entre outras coisas, as descobertas mencionadas evidenciam a existência de formas de vida capazes de viver em lugares impróprios para sustentar não apenas a vida humana, mas a vida enquanto tal. Trata-se de formas de vida capazes de viver em “condições extremas”, ou ainda, no fim do mundo (desertos, vulcões, estratosfera etc.). Mas a questão não se resume a isso. Um exemplo interessante e bastante palpável de como a vida pode existir em condições extremas é o da vida em uma favela, como as que fazem parte das grandes metrópoles brasileiras. Aparentemente impossível, a vida ali, nas favelas, existe, resiste e apresenta formas de resiliência diferentes, reproduzindo-se em lugares onde nada poderia haver. Nesse sentido, cabe dizer que “uma favela é um laboratório, de longa duração, da vida em condições extremas” (MBEMBE 2019).

Em suma, é essa vida, em toda a sua vastidão e amplitude, e em condições extremas, que é, hoje, objeto de várias ciências, dos cálculos políticos e das tecnologias de colonização. Neste ponto, cabe lembrar uma proposição geral formulada por Foucault (1975), segundo a qual “toda forma de saber corresponde a uma forma de poder”, que ela embasa e que a reforça. Portanto, podemos supor que as novas ciências e pesquisas sobre a vida mantêm uma conexão profunda com os novos cálculos do poder sobre a vida. A genealogia das ciências, tanto das antigas quanto das novas, mostra que elas têm exercido um papel decisivo no que diz respeito ao funcionamento das tecnologias de colonização da vida.

## 2. Governamentalidade algorítmica e colonização molecular

Tomemos um exemplo banal, que poderia ter sido retirado da “vida cotidiana” de qualquer pessoa nos dias atuais. Você liga de seu celular para um amigo pensando em combinar uma saída. Depois de buscar no Google as opções de saída, vocês decidem ir a um restaurante. Em seguida, você insere o nome do restaurante em um aplicativo de localização e pede um Uber. O preço da corrida será debitado no seu cartão de crédito. Através do Whatsapp, você ainda comunica a outros amigos onde estarão e em que horário.

Talvez você não saiba, mas em poucos minutos de utilização de aplicativos e da internet, enormes bases de dados (*big data*) receberam e transmitiram inúmeras informações sobre você e sua movimentação. Esses dados foram sondados por algoritmos complexos, que permitem a busca de dados especificados (*datamining*), possibilitando a identificação de padrões de comportamento, que influenciam nossas escolhas, quer saibamos ou não. Enquanto imaginamos que as tecnologias que utilizamos são meros instrumentos em nossas mãos, somos guiados por elas em silêncio.

Ora, esse é um exemplo bastante claro e banal do que vem sendo chamado, há cerca de dois ou três anos, de “governamentalidade algorítmica” (PASQUINELLI 2015. BERNIS; ROUVROY 2015 etc.) Do que se trata? Digamos, de saída, que a governamentalidade algorítmica é uma tecnologia de colonização da vida, aquela que parece se ocupar da vida da maneira mais massiva que já se conheceu. O termo “governamentalidade” é um neologismo criado por Foucault (2004) para se referir às racionalidades políticas de acordo com as quais os modos de governo funcionam. Assim, toda governamentalidade tem um alvo, mobiliza um saber e utiliza uma técnica. Por sua vez, um “algoritmo”, em informática, é uma sequência finita de regras e procedimentos lógicos, que podem ser aplicadas a um número finito de dados e que levam à solução de um problema. À medida que as inovações em informática avançam, numerosos algoritmos vêm sendo criados, cada vez mais complexos e capazes de lidar com quantidades maiores de dados. Em suma, podemos dizer que a governamentalidade algorítmica consiste no uso de algoritmos para solucionar problemas relativos ao governo da vida.

O que está em jogo na governamentalidade algorítmica é precisamente a utilização dessa capacidade de solução de problemas envolvendo grandes quantidades de dados, que é característica dos algoritmos, para fins de governo e colonização da vida. Em outras palavras, o que está em jogo é a substituição - e aqui se marca mais um ponto de distanciamento em relação a Foucault - da racionalidade política que caracterizou os modos de governo até hoje pela “racionalidade matemática dos algoritmos”, no sentido de Pasquinelli (2015).

Do ponto de vista técnico, a governamentalidade algorítmica se alimenta de dados digitais, que são armazenados em quantidades imensas - trata-se do chamado *big data*. Porém, o uso prático do *big data* depende da existência de aplicativos, que rodam algoritmos capazes de fazer a mineração desses dados - *datamining* -, tendo em vista estabelecer correlações e definir padrões

ou modelos de comportamento. É a partir desses padrões que os algoritmos criam as opções, disponibilizadas pelos aplicativos aos usuários, que solucionam seus problemas alimentando novamente as bases de dados. Na era do *big data*, a liberdade corresponde ao poder de escolha entre opções geradas por um algoritmo.

Antoinette Rouvroy (2018) assinala que um dos aspectos mais desconcertantes da governamentalidade algorítmica é que, enquanto forma de modelização da vida social baseada em dados quantitativos, ela não se funda em normas jurídicas, políticas ou ideológicas. Ela se baseia no “dado cru” (*raw data*), isto é, a informação despersonalizada, descontextualizada, desindexada, anonimizada. Por isso, a governamentalidade algorítmica sustenta a pretensão de ser imanente, o governo da vida por ela mesma, através de seus próprios dados. Com efeito, para uma certa ideologia tecno-positivista do *big data*, os dados brutos constituem a linguagem espontânea e natural da vida. No entanto, Rouvroy (2018) explica que dados brutos não existem, todo dado é produzido. Os dados não são fatos prontos e acabados, mas efeitos de relações de força, de dominação e de poder. Pode-se dizer que a transcrição da vida em dados numéricos pressupõe uma naturalização dos fatos, que são neutralizados em seu aspecto agonístico.

Governo imanente, governo dos possíveis. Um outro aspecto da governamentalidade algorítmica é que ela não lida com fatos, mas com potencialidades. Não se trata de considerar os indivíduos como pertencentes a um determinado grupo étnico, a uma certa faixa etária, a uma categoria profissional. Rouvroy (2018) esclarece que, agora, as ações governamentais, securitárias, comerciais, sanitárias se baseiam em “perfis pessoais” definidos por algoritmos - perfil de cidadão, de consumidor, de criminoso, de terrorista, de doente etc. Vale dizer que o alvo da governamentalidade algorítmica não são os fatos, mas os possíveis, isto é, aquilo que podem a vida e os corpos (inclusive em condições extremas).

Existe uma relação profunda entre a governamentalidade algorítmica e a “engenharia genética”. Por exemplo, a produção de microorganismos, que não existiam antes, mantém clara relação com o poder, podendo perfeitamente ser lida como parte do processo contemporâneo de colonização da vida. Um dos grandes saltos na história da engenharia genética foi produzido pela inserção de algoritmos nas pesquisas da área. Tornou-se possível, então, a criação de “algoritmos genéticos”, tendo em vista solucionar problemas relativos ao meio ambiente, a processos de mutação e de autopoiese de organismos clonados.

Além disso, o processo de colonização da vida desce ao nível molecular - Mbembe (2019) usa o termo “colonização molecular”. Com efeito, milhares de moléculas, que eram desconhecidas há 25 anos, contidas em químicos, herbicidas, pesticidas etc. são liberadas por grandes corporações multinacionais, diariamente, nos ecossistemas. A introdução de algoritmos aqui tem visado, sobretudo, controlar e gerir essa produção de moléculas, tornando-as menos ofensivas ao meio-ambiente e reduzindo sua participação no processo de aquecimento global. Portanto,

algoritmos vêm sendo utilizados na produção de moléculas, com base em pesquisas financiadas, sobretudo, por grandes corporações.

Em suma, esses exemplos são suficientes para mostrar as proporções que o âmbito de atuação das tecnologias de colonização da vida adquire atualmente, sobretudo, se aí incluirmos os recursos da governamentalidade algorítmica.

## **considerações finais**

Para concluir, digamos algo sobre as possibilidades de resistência e descolonização, em um contexto como o descrito acima. Parece-nos que, de forma alguma, podemos querer enxergar o problema da vida de uma maneira mais restrita do que aquela que resulta da mutação epistemológica do conceito de vida a que aludimos. Com base no pressuposto de que “onde há poder, há resistência” (FOUCAULT 1976), podemos dizer que, se a vida toda foi colonizada, foi a vida toda - dos desertos, dos vulcões, da estratosfera, aos grotões da África - que também multiplicou suas formas de resistência. É enquanto resiste que a vida se torna possível, mesmo nas condições mais extremas. Portanto, do ponto de vista das estratégias de resistência, a vida a ser considerada tem de ser a vida toda, no sentido mais amplo possível.

No que diz respeito às estratégias de descolonização, um conceito ampliado de vida seria muito útil. É com base nele que é possível perceber o que está em jogo, isto é, a colonização da vida, e não mais, como outrora, a colonização de um povo. Ao contrário, trata-se de uma forma de colonização que não se detém diante de fronteiras nacionais, culturais, étnicas, de classe, de gênero, profissionais etc. Por exemplo, a governamentalidade algorítmica não tem respeitado esse tipo de fronteira, a despeito de todas as iniciativas de governos e corporações no sentido de definir novas fronteiras. Ora, a resistência à colonização também não pode respeitar as antigas fronteiras, nem as novas.

Parece-nos, ainda, que o discurso e as práticas de descolonização precisam romper as fronteiras em outro sentido, as fronteiras epistemológicas entre as disciplinas científicas e promover múltiplos fluxos de informação e atravessamentos de problemas, conceitos e métodos. É aí que a filosofia pode cumprir o papel que lhe cabe na contemporaneidade: o papel de um “coiote de conceitos”. Tudo isso para tentar compreender, por exemplo, como a vida é possível, mesmo em condições extremas, nos lugares mais improváveis, como nas favelas das grandes metrópoles brasileiras. A favela é o que não deveria existir, mas existe, torna-se possível, não apenas sobrevive, mas expande-se, prolifera, evolui, cria. Trata-se de aprender, por exemplo, com a experiência dos favelados brasileiros, como suas formas de vida foram e são possíveis, mesmo em condições tão adversas. Em geral, trata-se de aprender, assimilar e ampliar os saberes e as práticas relativas à promoção de formas de resiliência da vida em condições extremas.

Com relação aos algoritmos, por um lado, é preciso aprender a hackeá-los e crackeá-los, por outro lado, também é preciso aprender a utilizá-los de maneira construtiva, em estratégias de resistência e descolonização. Sob esse aspecto, seguimos Marx e, mais especificamente, as teses do aceleracionismo. O que necessitamos não é da reedição de um ludismo nem de um cartismo, não precisamos do primitivismo, não precisamos destruir as máquinas. Antes de mais nada, máquinas são instrumentos, ferramentas, meios de produção. O que precisamos é aprender a nos apropriar delas e fazê-las rodar na potência máxima, para fins de resistência e de descolonização. É nesse máximo de potência do funcionamento do sistema atual que se encontra o momento da sua implosão, seu ponto de ruptura e descarrilamento. Por certo, tal ruptura não significaria o fim do mundo, mas o fim da colonização da vida. Podemos dizer que, nos dias atuais, é desse tipo de aceleração e de potência que o movimento e as práticas de descolonização necessitam para ganhar velocidade.

O que está em jogo, enfim, é a possibilidade da articulação, em caráter urgente, de um outro tipo de governo, de um tipo diferente de racionalidade política, que não seja mais uma forma de colonização, mas uma forma de libertação da vida, da natureza e das pessoas. Cabe, porém, indagar: essa forma diferente, anticolonial ou descolonizadora, de governamentalidade é, ao menos, plausível nos dias atuais? O que seria uma governamentalidade descolonizadora? Essas são questões totalmente em aberto.

## referências

BERNS, Thomas; ROUVROY, Antoinette. Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, 2015. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/2662](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662). Acesso em: 02 dez. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité*, tome 1 : La Volonté de savoir, 1976.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. *Sécurité, territoire, population*. Cours au Collège de France. 1977-1978. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1981.

MBEMBE, Achille. *Life futures and the future of reason*. [Vídeo] European Graduate School, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uv11y10XaLY>. Acesso em: 02 dez. 2021.

NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida: Segunda consideração extemporânea*. São Paulo: Hedra, 2017.



PASQUINELLI, Matteo. *Anomalie detection: the mathematization of the abnormal in the metadata society*. [Vídeo] Transmediale, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=So-miQplyd4&t=308s>. Acesso em: 02 dez. 2021.

ROUVROY, Antoinette. *Gouvernementalité algorithmique et idéologie des big data*. [Vídeo] Le Mouton Numérique, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cQCeAe8wPKU&t=39s>. Acesso em: 02 dez. 2021.